

**SOCIABILIDADE E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO CONTEXTO URBANO: DO MITO À REALIDADE**

**ELISÂNGELA DE JESUS FURTADO DA SILVA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
elisangelafurtado23@gmail.com

**RICARDO CARVALHAES HENRIQUE**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
ricardohenrique@gmail.com

**THAÍS ZIMOVSKI GARCIA DE OLIVEIRA**  
thais.zimovski@yahoo.com.br

# **SOCIABILIDADE E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO CONTEXTO URBANO: DO MITO À REALIDADE**

## **1 INTRODUÇÃO**

O estudo das comunidades quilombolas apresenta relevância sob diversos prismas, como o social, econômico, cultural e político. O silenciamento sobre a história das pessoas negras no país é um fato antigo e recorrente no Brasil. Em dezembro de 1890, dois anos após a Abolição da Escravatura no âmbito legal, o então presidente Ruy Barbosa publicou um despacho, determinando a destruição de registros relativos à escravidão. Ao justificar o ato, o ex-presidente considerou que a escravidão paralisou o desenvolvimento nacional. Apagar os registros, na concepção de Ruy Barbosa, se fazia imperativo em nome da “honra da pátria e em homenagem aos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que a abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira” (GOULART, 1972, p. 11).

O discurso mencionado acima busca legitimidade por meio de um suposto interesse coletivo, mas evidencia a violência a que os negros estão submetidos no país. Pode-se inferir que se trata de um pensamento de culpabilização da vítima, ou seja, já que a escravidão significou atraso para o país, ignorar a existência dos escravos pode reverter a situação, uma vez entendido que as pessoas na condição de escravidão são a personificação do atraso no desenvolvimento desejado. Ideias como a de Ruy Barbosa sustentam o racismo, uma vez que, de forma tácita, confere atributos negativos a pessoas negras (CARDOSO, 2008).

Resgatar a história e a memória da escravidão no âmbito brasileiro é necessário em respeito à dignidade das pessoas submetidas à escravidão e das gerações afrodescendentes, além de problematizar questões até então ausentes do debate público. Para além disso, no país que já foi a maior potência escravocrata mundial a escravidão e seus reflexos sociais é uma forma importante para se entender complexas questões atuais como o racismo e a segregação.

As discussões sobre a situação de pessoas negras no país têm ganhado grande relevância no Brasil nos últimos anos. Em 2015 foi criada a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com o intuito de compreender os discursos sobre a escravidão e as demandas por reconhecimento de afrodescendentes. A comissão teria sido criada para atuar de forma semelhante à que apura crimes cometidos no período ditatorial no Brasil. Além de apurar os crimes raciais, a comissão reforça a importância da adoção de ações afirmativas, com a publicização dos atos cometidos (NOVAES, 2014).

As recentes medidas de políticas de ação afirmativa voltadas para grupos marginalizados no ambiente acadêmico, como é o caso dos quilombolas é outro exemplo da atualidade da discussão. Além dessas medidas, o Estatuto da Igualdade Racial em seu artigo 12 encoraja os órgãos federais, distritais e estaduais voltados à pesquisa e à pós-graduação a criarem incentivos aos estudos ligados a temáticas étnicas, quilombolas e raciais, com ênfase na população negra (SOUZA, 2012).

A partir desse cenário, entender o modo de ser e viver desses grupos é importante para se compreender quais dinâmicas sociais implicam a segregação dos mesmos, além de ser uma

forma de valorizar e promover tais grupos, reconhecendo sua importância na história do próprio país.

As comunidades quilombolas são parte importante do processo histórico do país, que resiste ao processo de invisibilização das culturas afrodescendentes. Apesar da existência dos quilombos em Belo Horizonte serem anteriores à criação da cidade, sua existência é ignorada por muitos, mesmo pelos que residem próximos às comunidades. Outra questão que revela o nível do desconhecimento é a errônea associação visual de Quilombos ao dos Palmares, como sendo um local de aparência rural e rústica (FILGUEIRAS, COUTO, 2015).

O Quilombo Palmares tornou-se um mito distante da realidade, além de confinar no passado a existência de comunidades que ainda resistem na luta por seu território e sua dignidade. A associação de quilombos a Zumbi pode ser explicada como reprodução da história socialmente aceita. Fenômenos tais como o da diáspora africana e criouliização, temáticas abordadas pela Antropologia, demonstram que a versão oficial do passado brasileiro é uma questão que precisa ser revista (SYMANSKI, 2014).

Este artigo propõe a reflexão sobre o que é ser quilombola no contexto urbano em seu modo de viver e morar em coletividade. O objetivo é descrever a socialização apresentada pela comunidade quilombola no contexto urbano, bem como sua relação com o território. Para tanto, o presente estudo traz no primeiro capítulo uma discussão conceitual sobre sociabilidade e territorialidade. O próximo tópico contém um panorama da história de formação dos quilombos, seguido de outro que traz o estudo feito em um quilombo localizado em Belo Horizonte. Em derradeiro está as considerações finais do trabalho realizado.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo procurou-se abordar os conceitos de sociabilidade e territorialidade. Entender esses processos é crucial para analisar os quilombos presentes no contexto urbano. Os fenômenos sociais podem ser observados e apresentam informações que contribuem para a compreensão sobre os problemas presentes na comunidade quilombola no contexto urbano.

### **2.1 Sociabilidade: o (con)viver coletivo**

A palavra sociável denota a capacidade daquele “capaz de viver em associação permanente com seus semelhantes” ou alguém que estabelece relações solidárias com os demais (ROBERT apud BAECHLER, 1995). A habilidade do ser humano em viver em comunidade pode ser entendida como uma necessidade, pois sua sobrevivência está intimamente ligada ao convívio coletivo. A convivência garante às pessoas suprir suas necessidades mais básicas desde o nascimento, como segurança, alimentação até desejos e interesses, além de constituir uma importante fonte de conhecimento. Nesse sentido a cidade é o cenário aonde coexistem diferentes sociabilidades, que possibilitam inúmeras formas de “pensar, avaliar e realizar uma possível gama de sensações e práticas sociais compartilhadas” (IPIRANGA, 2010, p. 68).

As pessoas são dotadas de interesses e necessidades individuais, permeados pela subjetividade e que influenciam os vínculos em um meio social, sendo a cidade o palco do dinamismo das relações sociais contemporâneas. De forma autônoma, ou seja, de modo livre, as pessoas se

agrupam estabelecendo conexões e mesmo compartilhando espaços semelhantes, constroem realidades distintas a partir das relações estabelecidas com as demais pessoas e lugares. A sociabilidade pode ser entendida como uma forma de viver e relacionar-se, construída ativamente pelas pessoas e de modo processual. Os indivíduos usam a comunicação para compartilharem a compreensão de ocorrências históricas (SIMMEL, 2006, p. 64).

Não existe um objetivo em si mesmo a ser atingido por meio da sociabilidade. Ela decorre da simples vontade que as pessoas alimentam em se manter sociadas. A manutenção dos laços sociais ocorre unicamente pelo desejo de manutenção dessas relações em um grupo. Justamente por isso, cada indivíduo regula sua relação com os demais, usando seu próprio quadro de significação. Cabe ressaltar que o interesse mencionado pelo autor não possui relação como a intenção utilitarista contemporânea. O interesse evocado se aproxima da noção de tendência, estado emocional e psíquico (SIMMEL, 2006, p. 67).

A partir desse entendimento é possível inferir as manifestações sociais que se configuram como formas de sociabilidade. Um baile dedicado à dança, por exemplo, não proporciona somente diversão, mas possibilita experiências em que a estética, ética e música são compartilhados entre os envolvidos (DAMASCENO, 2007, p. 218).

A interação social seja na forma de encontros, associações, trocas, desejos de obter a obediência dos demais e as separações conformam um jogo que ocorre de maneira reservada. O fato é que as pessoas não vivem em função desse jogo, mas quando há a intenção de seu controle, a sociabilidade passa a ser um engodo, já que foi reduzida a um meio de alcance para outros fins (SIMMEL, 1883, p. 174).

Baechler (1995) acredita que as unidades individuais ou coletivas se conectam por redes, conformando dessa forma a sociabilidade. Por meio dessas redes, circulam as preferências, gostos e visões. O compartilhamento dessas atividades pode originar modos específicos de vivência e relação com os demais. Castel (2000) compartilha dessa visão, pois considera que a sociabilidade é um conjunto de regras não institucionalizadas, comuns a um grupo vinculado por laços de família ou proximidade, caracterizadas por interdependência.

A sociabilidade confere sensação de pertença a membros de um determinado grupo, como descrito por Simmel (2006, p. 67) e Baechler (1995) ao se referir aos laços sociais. Para haver sociabilidade, é necessário que haja elementos compartilhados, como evidenciado em Ipiranga (2010), Simmel (2006) e Damasceno (2007). Neste trabalho, considera-se que a sociabilidade é o processo pelo qual as pessoas estabelecem relações umas com as outras compartilhando princípios, visões de mundo, normas, saberes e outros elementos sociais por meio de símbolos comuns pela comunicação.

## **2.2 Territorialidade como a forma humana de apropriação do espaço**

Se as necessidades e interesses compartilhados se apresentam como formas de coesão grupal conformando processos de sociabilidade, o território surge como importante elemento nesse contexto. Ele é fruto de disputas e a apropriação transforma o espaço em território (RICETO; SILVA, 2008). O território também pode ser relacionado ao conceito de propriedade marcada pela ocupação por uma pessoa ou grupo em um determinado lugar (FISCHER, 2010, p. 84). Esse conceito tem origem nas pesquisas do comportamento animal. Tais estudos

demonstraram que os animais estabelecem vínculo com determinados lugares, protegendo-os por serem fonte de recursos importantes para a sobrevivência. Desse modo, a apropriação resulta do processo de constante marcação e defesa do território (BROWN, 2005, p. 10).

Além de ser o meio mais básico de obtenção dos recursos necessários à sobrevivência, dos seres humanos, a territorialidade é uma premissa para o convívio social (EDNEY, 1975). O estabelecimento de um vínculo com o território organiza o comportamento humano no sentido de diminuir os confrontos violentos e a necessidade da constante manifestação da dominação.

Os processos ocorridos no espaço que definem o uso e a posse do território e imprimem a ele características singulares dos que dele se utilizam. E já que se está a falar de processo, a conformação do território não possui uma temporalidade estanque. Torna-se pertinente pensar o fenômeno como territorialidade. A ação dos indivíduos sobre o território, a posse, a transformação da paisagem e até a responsabilidade sentida pelas pessoas é uma forma de entender como se dá a apropriação (BROWN, 2005).

A presença humana e sua forma particular de fazer uso do território pode ser percebida por elementos visíveis constituindo os artefatos, como fotos e objetos pessoais e por questões que podem ser percebidas, como o comportamento diferenciado em relação a determinado lugar em detrimento de outros. A ação humana sobre o território produz uma série de efeitos, e dessa relação com meio surge sentimentos de pertença e reforço da identidade de um grupo (BROWN, 2005, p. 17).

A luta por recursos impulsiona a dinâmica territorial (BROWN, 2005, p. 12). Dessa forma, compreende-se que o território é permeado por tensões aonde forças disputam o espaço permanentemente. Essas tensões podem ou não ser violentas, e ocorrem desde o plano discursivo até os mecanismos legais da posse. A sociabilidade define o modo como os grupos protegem seu território. Mas existem outras razões para os conflitos. Os territórios são definidos pelas fronteiras e essas, podem não ser tratadas como divisões imutáveis. Elas resultam das relações de poder responsáveis por estabelecer os limites do território alheio.

Ao analisar a sociabilidade e territórios rurais, Comerford (2003, p. 71) conclui que o precedente de diversos conflitos em seus diversos graus de violência, seja a questão das divisas e correlatos. Vários são os atos interpretados como ofensas às fronteiras entre os sítios, como trânsito de animais ou plantações alheias. Observou-se que as circunstâncias podem resultar na resolução do impasse por meio do diálogo até homicídios. O autor acredita que as contendas em função do território tendem a ganhar dimensão e importância com o passar do tempo, uma vez que os conflitos são publicizados, como estratégia de sua resolução. Quando isso não ocorre, as partes têm mais energia para reverter a situação favorável a si.

Diante do exposto, a territorialidade pode ser compreendida como o processo de apropriação (RICETO; SILVA, 2008; FISCHER, 2010; BROWN, 2005, p. 10) humana do espaço, de forma conferindo a ele valores sociais, culturais e políticos específicos do grupo que o compartilha. A posse é resultante do embate das relações de poder intergrupais, e dessa forma, os conflitos existem e podem significar violência (COMERFORD, 2003, p. 71) simbólica e física.

### 2.3 Quilombos: histórico e contexto

A opressão sofrida pelas pessoas em condição de escravidão deu origem à diversas formas de resistência durante o regime colonial (SOUZA, 2012). Mesmo sendo vigiados, alguns escravos conseguiam fugir. O agrupamento dessas pessoas garantia a segurança e a sobrevivência em locais distantes das fazendas. Esses agrupamentos foram denominados quilombos ou mocambos. O Palmares foi o maior e mais conhecido quilombo e chegou a reunir milhares de escravos fugidos. Sobre a origem da palavra, quilombo tem origem em *Kilombo*, que significa “uma sociedade iniciática de jovens guerreiros mbundu adotada pelos invasores jaga (ou imbangala)” (REIS, 1995 p. 16).

Mesmo com a dimensão e importância do Quilombo dos Palmares, há poucos registros sobre seu processo de formação e constituição. A população era principalmente escravos e seus descendentes, mas não somente estes. Havia também soldados desertores, aventureiros, vendedores além de índios que perderam suas terras com o processo de invasão europeia crescente. Mesmo entre os negros, as origens étnicas eram diversas (REIS, 1995, p. 16).

Por sua dimensão, Palmares se tornou em uma ameaça para a Coroa Portuguesa e fazendeiros no Brasil. A intensificação das fugas fez com que os proprietários de escravos, com a iminente perda de “capital humano” pressionassem a imprensa, que por sua vez pressionava o governo (MORINGONI, 2011; SALLES, 1971, p. 210). Desse modo no século XVIII foi estabelecido que cinco ou mais negros fugidos acampados já configurava um quilombo. Tal medida, que previa penas para os quilombolas, visava desencorajar as fugas e associações.

Se numericamente a população quilombola não era expressiva, com a determinação imposta, o número de quilombos foi inflacionado, configurando uma ameaça simbólica ao regime escravocrata (REIS, 1995, p. 18). As fugas de escravos eram notícias de destaque nos jornais da época e uso da violência, amplamente estimulado conforme trecho abaixo:

Esperamos ao bem conhecido zelo da polícia, que mande sem demora alguma, assaltar o dito quilombo, com gente armada de pólvora e bala, fazendo apreender todos os que nele se acharem, destruindo e arrasando para nunca mais ter serventia alguma, pois não só deve ser garantido a propriedade dos cidadãos deste distrito, como gozar da segurança pública, que lhe é devida, e pela qual é responsável a mesma polícia perante o país" (Salles, 1971, p. 211).

Várias medidas administrativas foram implementadas, como a criação da corporação Capitães-do Mato, por meio de lei em 1841, composta por pessoas populares que teve o objetivo de capturar escravos fugitivos. Salles (1971, p. 212) afirma que os objetivos dessa corporação foram frustrados, pois os capitães-do-mato se solidarizaram com os escravos. As fugas intensificaram-se, os mecanismos de controle já não davam conta o movimento de resistência dos escravos e a pressão internacional para o fim da escravidão tornavam-se cada vez mais intensos.

A Revolução Francesa e a Americana nutriam os ideais revolucionários contra o regime escravocrata, que culminou na Cabanagem, uma guerra popular ocorrido entre os anos de 1835 a 1840. Essa guerra teve ampla participação de negros, que haviam adquirido um grau de mobilização suficiente para sustentar a revolta popular. Após a Guerra, as pressões para o fim da escravidão só aumentavam.

Por fim, em 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea que aboliu a escravidão no país. Contudo, sistemas servis se desenvolveram de forma paralela ao regime escravocrata, e na extinção desse, passaram a ser as novas formas socialmente aceitas de relação de trabalho, tão exploratórias quanto a anterior. A liberdade dos escravos teve diferentes contornos (SALLES, 1971, p. 312).

Politicamente, a Abolição significava que o país deixou de explorar mão-de-obra escrava, porém essas pessoas foram abandonadas a própria sorte, sem moradia, sem renda ou alguma compensação. Os ex-escravos passaram a morar em regiões próximas as fazendas, em condição precária e obtinham renda por meio da negociação direta com os antigos senhores, sem qualquer intermediação governamental. A condição de subemprego foi exacerbada com o movimento migratório da Europa para o Brasil, situação incentivada pelo governo na época (MORINGONI, 2011).

Os ex-escravos não tinham condição de concorrer no mercado de trabalho em igual condição com os europeus, e dessa forma, a situação de exploração se intensificou. Sobre os anos sequencias à Lei Áurea foram Barreto afirma que “Nunca houve anos no Brasil em que os pretos (...) fossem mais postos à margem” (BARRETO apud MORINGONI, 2011). Foi longo o período de ausência de políticas públicas voltadas à condição dos negros, incluindo-se nesse contingente os quilombolas.

Em 1988 a Constituição ampliou o conceito de quilombo, entendimento que perdura nos dias atuais e leva em consideração todas as regiões ocupadas por comunidades remanescentes de antigos quilombos. Para obter o título e quilombo, as comunidades precisam se auto definirem com tal (O'DWYER, 2002), se submetem a um processo de identificação e certificação que é feito pela Fundação Palmares, concedendo as mesmas a posse legal e inalienável do território que ocupam (SOUZA, 2012).

No âmbito legal, as comunidades quilombolas representam a articulação das noções de autonomia e resistência. O reconhecimento por si só já é um direito conquistado por meio de lutas e embates, tanto para a elaboração do dispositivo constitucional, quanto para a elaboração do Decreto 4887/2003 que regula o direito (DIAS, 2014).

Para as comunidades quilombolas, o direito à posse da terra é vital para sua manutenção enquanto comunidade. O território quilombola tem um significado muito mais amplo do que um espaço ocupado. Para as comunidades, a terras lhes é fonte de subsistência, mas também representa valor histórico e cultural para elas e sociedade, sendo que nesses locais ocorre transmissão de saberes, valores e crenças ancestrais (SOUZA, 2012).

Para o país, os quilombos representam a luta e a resistência contra a escravidão. Também possibilitaram estabelecimento humano, ao prover moradia e segurança a várias pessoas desprovidas de recursos. Os quilombos configuraram uma forma de organização social já que sua criação e manutenção foi e ainda é fruto de intensa articulação entre entre outras organizações sociais, tais como comerciantes, outros quilombos e agentes públicos. Cabe ainda mencionar o papel crucial do quilombo para a reafirmação das culturas africanas. Por tudo isso, trata-se de um fenômeno social “novo, único e peculiar” (CARNEIRO apud SALLES, 1971, p. 203).

O panorama atual dos quilombos é pautado ainda pela luta e resistência, tão marcantes no processo de formação dos originários. As comunidades conseguiram importantes conquistas durante os governos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, com a possibilidade de obtenção do título, do reconhecimento, valorização e proteção das comunidades. O Estatuto da Igualdade Racial e a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das cotas são as conquistas mais recentes (ARAÚJO, 2012).

No entanto, os quilombos no contexto atual, tanto aqueles localizados nas áreas urbanas quanto os de áreas rurais ainda estão ameaçados, sendo que algumas dessas questões dizem respeito a sociabilidade e territorialidade. Propõem-se a partir de então, aprofundar a discussão a partir da realidade de um quilombo urbano, possibilitando maior compreensão das questões abordadas no presente estudo.

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória, sendo que para a coleta de dados foi realizada uma entrevista. Para nortear a entrevista, utilizou-se um roteiro semiestruturado contendo cinco blocos de questões importantes para o estudo. O primeiro bloco do roteiro aborda questões referentes à biografia do entrevistado. O segundo bloco contém informações sobre o quilombo, sua história e cultura. Já o terceiro bloco trata da percepção do entrevistado do que é ser quilombola. O quarto bloco traz questões relativas ao cotidiano quilombola e o último bloco, contém questionamentos sobre a posse da terra.

Os nomes e descrições foram trocados e misturados, a fim de preservar a identidade da pessoa entrevistada. O estudo foi realizado em um quilombo localizado em Belo Horizonte, que aqui será tratado por Quilombo Jatobá, nome escolhido devido a espécie ser uma das árvores que guardam representação simbólica de comunidades quilombolas, dada a sua perenidade mesmo em condições adversas. Sobre a entrevistada, trata-se de uma das matriarcas da comunidade quilombola, tratada como referência e influência na esfera política, cultural, além de ser uma das memórias vivas do quilombo, tanto por sua atuação, quanto pela avançada idade.

A escolha da entrevistada ocorreu tomando-se como referência uma pessoa tida como ativista e liderança do grupo. Para tanto, foram realizadas pesquisas junto aos órgãos competentes e que são referências no assunto, bem como membros e autoridades de comunidades quilombolas para indicação, sendo que D. Conceição foi identificada como matriarca do quilombo. A entrevista foi agendada para de maio de 2017, através de telefone em contato com a própria D. Conceição Jatobá, em dia e hora que fosse mais conveniente para ela. O grupo de pesquisadores foi composto por duas pessoas, chegamos à residência às 14h e fomos recebidos pela irmã da dela. Fomos gentilmente convidados a sentar-nos enquanto esperávamos a chegada da entrevistada. Enquanto aguardávamos, observamos o ambiente, o terreno, a casa, decoração e arquitetura em que estávamos.

Ao final, foi anotado o tempo de quatro horas e meia de entrevista, contados os sem número de interrupções de familiares por motivos corriqueiros como conversas breves e pequenas solicitações de informações. Inclusive houve uma interrupção mais longa feita por uma parenta próxima, aparentando ter um terço da idade da entrevistada que discordava das falas

da D. Conceição, até mesmo de a postura de aceitar dar entrevista. Foram recolhidos tanto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a entrevista e assim como Termo de Cessão de Uso de Imagens para o registro audiovisual.

No que se refere ao tratamento dos dados, foi adotado a análise de conteúdo. Esse pode ser entendido como “uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (MORAES, 1999). O exame dos textos em suas diversas apresentações à luz de conceitos teóricos possibilita a compreensão do sentido simbólico implícitos.

A interpretação dos textos possibilita uma diversidade de compreensões, sendo que o sentido expresso pelo autor pode coincidir ou não com o sentido atribuído pelo leitor. Cada leitor poderá ter um entendimento diferente do conteúdo da mensagem, pois a decodificação do texto perpassa por condições pessoais objetivas e subjetivas de linguagem. Além disso, existe a probabilidade de o texto conter um significado desconhecido pelo autor (OLABUENAGA, ISPIZÚA, 1989, p.185).

Considerando essas questões, utilizar um processo sistemático para análise é crucial como forma de evidenciar a construção da interpretação de um determinado fenômeno comunicacional. O primeiro passo sugerido por Moraes (1999) é a preparação dos dados a serem analisados. Nesse caso, a preparação do presente estudo ocorreu por meio da transcrição da entrevista e coleta de dados secundários sobre o Quilombo Jatobá. Em seguida, é preciso definir a unidade de análise como forma de unitarizar os dados.

A unidade de análise, podendo ser de registro ou significado, se refere a um conjunto de dados brutos que tenha relação com o trabalho proposto, podendo ser palavras, frases ou temas. Nesta etapa, realiza-se a releitura do material, isolar as unidades de análise considerando-se os conceitos que interessam ao estudo e realizar a definição das unidades de contextos, responsáveis por conferir coesão ao estudo, de modo a limitar o escopo da análise.

Aqui, optou-se por unidade de análise temática, possibilitando a investigação do material coletado em fragmentos menores. Na sequência, deve-se proceder a categorização, neste caso foram evidenciadas como categorias a Sociabilidade e Territorialidade. O próximo passo recomendado por Moraes (1999) é descrever os dados e para tanto:

Para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais.

Feita a descrição, realiza-se a interpretação dos dados uma vez que a qualidade de uma análise é verificada pela capacidade de extrapolação das informações descritas. A fundamentação teórica norteia a interpretação. Existe ainda a possibilidade que na descrição dos dados os constructos teóricos emergjam. O processo adotado neste trabalho trouxe a priori o estado da arte dos conceitos de Sociabilidade e Territorialidade, realizado-se a análise dos dados a posteriori.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados será dividida em categorias e terão uma sequência cadente conforme a análise dos dados revelou ser pertinente uma categorização, de forma a facilitar a fluência da leitura, da comparação dos dados com levantamento teórico acerca dos conceitos, assim como um refino na condensação dos dados mais relevantes. Pela forma que a entrevista ocorreu, serão tratadas as questões de território e territorialidade, antes das questões sociais e de sociabilidade.

### 4.1 Ambiente de morada

D. Conceição Jatobá é autodeclarada negra, tem setenta e cinco anos, é solteira, possui um filho casado e uma neta. Ela teve treze irmãos, alguns deles já falecidos, todos nascidos, ali mesmo no próprio Quilombo, sendo os partos foi feito por parteiras. Hoje ela é aposentada, cuida do neto e continua ativa nas questões que envolvem o quilombo, política e juridicamente.

D. Conceição reside atualmente em uma área que não pertence ao quilombo. Ao chegar na residência, avista-se de longe numerosas árvores frondosas, que possuem significado para os quilombolas. Existem muitas plantas usadas para decoração e alimentação. A casa é grande, edificada há cinquenta anos, provavelmente. A sala aonde ficamos possui muitos objetos decorativos. Próximo aos sofás onde estávamos sentados, havia em um *hack* várias fotos de família, alguns quadros com figuras étnicas além de esculturas de madeiras. Na parede, um quadro destacado exhibe uma mulher negra, com um turbante imponente segurando no colo uma criança. Em outra parede estavam penduras um antigo par de apoios para montaria com braços gravados no metal dourado. No chão, peças em madeira escura que se assemelham à figura de Jesus na Igreja Católica.

Apesar da discriminação presente nas relações com outros grupos comunitários do bairro, D. Conceição gosta do bairro, pois no entorno do quilombo há uma vasta estrutura comercial com escolas, faculdade, centro de saúde, hospital, supermercado além de contar com um sistema de transporte público eficiente. Mas, justamente por isso o Quilombo enfrenta sérios problemas como especulação imobiliária, dificuldade de articulação política além da dificuldade de ter acesso efetivo aos direitos garantidos por lei a um quilombo.

### 4.2 Origem do território

A história do Quilombo Jatobá tem início no século XVIII quando duas famílias de bandeirantes com seus respectivos escravos vieram para Minas Gerais em busca de ouro. Com a Lei Áurea, os escravos das famílias dividiram terras em um município da região metropolitana de Belo Horizonte, fundando um quilombo.

As mulheres eram responsáveis pela organização do quilombo, e viviam basicamente da agricultura de subsistência. Com a repercussão de que Belo Horizonte seria construída e que seria uma cidade próspera, alguns dos descendentes de ex-escravos vieram para Belo Horizonte, que compraram terras em uma região que hoje está localizada em uma região nobre de Belo Horizonte. A comunidade se estabeleceu e vivia tal antes, utilizando a agricultura para se sustentar.

### 4.3 Legitimidade e legalidade territorial

O Quilombo Jatobá surgiu antes da fundação de Belo Horizonte, possui documentação que comprova a posse da terra, além de possuir o reconhecimento governamental sobre a condição da comunidade enquanto quilombo. No entanto, durante a trajetória do quilombo foi marcada por ameaças, violência e discriminação. Segundo D. Conceição “o povo aqui do bairro é tudo preconceituoso...”. Em uma conversa com moradores do Bairro, foi dito que “o Laranjeiras [nome fictício] é um bairro muito legal, o que atrapalha o Laranjeiras é essa negrada que tem aqui”.

Após o reconhecimento legal de uma comunidade quilombola, ela passa a ter direito há alguns benefícios, tais como isenções ou descontos em impostos. O Quilombo Jatobá, por estar inserido em um bairro onde a maior parte da população tem alto poder aquisitivo, enfrenta questões que revelam a desigualdade entre quilombolas e demais moradores. D. Conceição ilustra a situação:

A senhora mora no Camargo (risos)...Classe média alta. Mas eu falei, [...]eu recebo salário mínimo. Eu nasci lá, mas eu não sou...ele falo que assim...num tem a, ali num tem isenção de imposto!

Além dos quilombolas consumirem produtos e serviços caros para sua realidade econômica, ainda não tiveram acesso às deduções e descontos referentes aos impostos. D. Conceição, denuncia que “tem até o livro que a prefeitura deu, quilombola, que eu tenho direito da taxa social, metade de luz, metade de água, metade de imposto...eu num tenho direito?! Mesmo sendo quilombola?! Isso é lei! Num tem direito não!”. Os direitos da comunidade quilombola não têm sido respeitados. Por se tratar de uma área nobre, algumas taxas e impostos possuem um valor elevado em comparação com outros bairros, como por exemplo o IPTU (Propriedade Predial e Territorial Urbana).

A existência dos quilombos na atualidade perpassa desafios de ordem social e territorial. A todas dificuldades mencionadas, soma-se a questão da mobilização política do grupo, fundamental para unir forças e legitimar as demandas do grupo perante os órgãos públicos. D. Conceição descreve a dificuldade de mobilização dizendo que “o Ministério Público deu o papel pra dá pra cada um da família, pra nós fazermos um conselho aqui. Porque essa desunião...essa desunião que tá pegando”.

### 4.4 Território e territorialidade no Quilombo

D. Conceição e Reis (1996) evidenciam de que a ideia de quilombo como local distante, isolado dos demais grupos não se sustenta. Se os primeiros quilombos garantiram sua formação e sobrevivência por meio de uma rede social, essa prerrogativa se faz presente atualmente.

Os invasores, como visto, podem se tornar novos quilombolas. Mas existe a invasão fruto da expansão imobiliária. Esse tipo de invasão se mostrou perverso, pois ocorre em um processo de tensão em que as comunidades se sentem ameaçadas constantemente. Com empreendedores do ramo imobiliário, não há diálogo nem possibilidade de acordo sociável. A área original do Quilombo Jatobá sofreu drástica redução, e as invasões mais expressivas foram feitas por empresas do ramo imobiliário e além da prefeitura de Belo Horizonte.

#### 4.5 Conflitos territoriais

Alguns empreendimentos que foram construídos indevidamente dentro do quilombo, foram transformados em objetos de disputas judiciais que se arrastam por anos. O reconhecimento da comunidade como quilombo deveria garantir que a área do quilombo é inalienável, mas a lei não impedi as invasões (SOUZA, 2012). Um dos prédios já teve o processo transitado em julgado e foi entregue a comunidade quilombola. Outro prédio foi finalizado e seus apartamentos foram vendidos, e também é objeto de ação judicial. Sobre essa situação D. Conceição salienta que “cê tá morando ali no prédio, vem você, seu marido, compra uma apartamento daquele, tá sabendo que a construtora invadiu, e depois você vai jogar a família na rua?”.

A situação mencionada por D. Conceição é muito delicada. O prédio que foi devolvido ao quilombo não havia sido acabado e foi invadido por pessoas que não tinham onde morar. O quilombo perdeu a área em que o prédio foi construído, gastaram recursos em um processo longo judicial e por fim, mesmo ganhando o processo, não tiveram a reparação dos danos causados. Uma vez que o prédio foi invadido por pessoas sem moradia, o poder público se vê dividido entre interesses coletivos que se equiparam. Para a entrevistada, morar em um apartamento não tem sentido para um quilombola, como afirma,

[...] então eu falei assim, ninguém quer apartamento, porque não é da nossa...quilombola morar em apartamento? [...] ah o prédio é nosso? Não! O terreno. Eles vão indenizar a família com o valor do terreno? Não! Vamos supor que são 10 herdeiros, 3 quer morar no prédio, justamente...qual que é a tragédia? Qual que é a tragédia? Desunido! O povo...

A disputa pelo espaço se acirrou a medida que Belo Horizonte ganhou dimensão metropolitana. Os quilombolas vivem com medo e demonstram muita insegurança com relação ao interesse de pessoas estranhas. A violência de um assassinato de uma das matriarcas do quilombo reflete a insegurança sentida pelos quilombolas:

Justamente, mas é isso, a gente não tem segurança, entendeu?! a pessoa mais importante do quilombo pra mim, era meu pai...era minha vó e a tia Cessa, a que morreu assassinada, lutou a vida inteira. Eles afastaram assim...eram concorrente, então eles... é... foram socando, socando, socando...ela morreu, é...dilaceraram a cabeça dela com um cabo de cabo de machado, de alguma coisa que a gente foi...e ela tava toda desfigurada...achamos ela morta, dentro da casa dela.

#### 4.5 Identidade e sociabilidade quilombola

Para D. Conceição ser quilombola é:

...a gente é quilombola porque, os escravos, onde eles moravam...tem quilombo e mocambo [...] é sempre assim num baixada [...]pra ver que,...toda baixada assim, porque desde Zumbi, eles moravam embaixo, porque viam lá em cima, quando a polícia vinha. [...] Descobri, semana passada, eu e a Cláudia, no livro do Ministério Público, que nós somos “Cambinga”.

Para ela, a origem étnica de sua linhagem é parte importante para falar sobre a identidade do grupo. Tal como afirmado por Simmel (2006, p. 64), a vontade de permanecer unidos foi

motivada por interesses e desejos comuns, e nesse caso a união dos grupos se constituía em uma forma de subsistência e segurança para as pessoas.

O Quilombo Jatobá é formado por descendentes de escravos e pessoas comuns que se agregaram ao grupo seja por uniões afetivas ou identificação com a causa. Segundo D. Conceição:

O quilombo que é minha família. Dentro do quilombo, ali é tudo consanguíneo”. O não quilombola que mora na terra de quilombo, que invadiu a terra de quilombo, mas vive bem, com a comunidade com quilombola, e vive bem e se os quilombolas, a família quilombola quiser que eles permaneçam, eles não...eles não precisam sair.

Percebe-se que mesmo na condição de invasão, há a possibilidade da integração. Reis (1995, p. 16) relata que o quilombo não era composto unicamente por ex-escravos ou afrodescendentes, mas por várias pessoas que de alguma forma estavam marginalizadas no regime vigente. A solidariedade era um elemento forte para articular os quilombos, e as relações sociais com diferentes grupos é fundamental no processo. A esse respeito Reis (1996) afirma que:

[...] os quilombolas na sua maioria viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas e cidades, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente eles trabalhavam, se açoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos; com escravos e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais e outros.

#### **4.6 Aglutinação social e sociabilidade**

A articulação ou coesão social descritas por Riceto e Silva (2008) nos quilombos é reconhecidamente responsável pela manutenção das comunidades. A desunião percebida por D. Conceição fragmenta a força política da comunidade e configura-se em uma ameaça para existência do quilombo. Segundo ela, “[sobre a divisão de recursos ganhos em um processo judicial] é pro quilombo inteiro! Eles são gananciosos! Ai é negro, perdeu.”

Mas mesmo no contexto em que o quilombo contava com mobilização política, isso não garantia necessariamente decisões fossem tomadas em prol da coletividade. Os quilombos foram usados como forma de penetração de pessoas brancas em busca de riqueza em regiões florestais. Existem registros de intenso comércio de madeiras em que fazendeiros, cientes da condição de quilombolas eram escravos fugidos, contratavam seus serviços para o corte de madeira. Um Juiz no Maranhão chegou a dizer que “a ambição desregrada de certos indivíduos, ambição que os leva a seduzir escravos para fugir, tendo em vista tirar vantagens com as colheitas destes que as vendem por módicos preços...”. Também houve situações que quilombolas empregavam negros fugidos, em uma situação de “escravos que empregavam escravos” (REIS, 1996 p. 19). Essa dinamicidade pode explicar questões existentes nos quilombos existentes atualmente.

A dinâmica social é responsável por diferentes implicações das relações existentes e que determinam os rumos de grupos na sociedade. A importância do território, como evidenciou Brown (2005, p. 17) para o Quilombo Jatobá é fundamental enquanto grupo constituído de

práticas, saberes e costumes ligados intimamente ao lugar onde se encontram, por meio da sociabilidade. Já formas de sociabilidade dos grupos possui estreita relação com o território, porque a apropriação dele ocorre de forma específica e podem revelar características singulares das pessoas que vivem em um determinado lugar. Edney (1975) afirma que a própria relação como território, pauta as formas de sociabilidade desenvolvidas por um grupo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo problematizar sobre o que é ser quilombola no contexto urbano, a forma de socialização e relação dos quilombolas com o território. Os trabalhos anteriores existentes e a realização de uma pesquisa qualitativa exploratória foram usados como recursos para se aproximar e compreender o fenômeno descrito.

Os principais achados apontam que os quilombos urbanos são compostos por famílias tradicionais que tem sua origem em ex-escravos, afrodescendentes e agregados que se uniram a quilombolas por laços afetivos ou por afinidade à causa. A sociabilidade no ambiente do quilombo urbano possui elementos responsáveis pela coesão e manutenção do grupo. A convivência garante às pessoas suprir suas necessidades mais básicas desde o nascimento, como segurança, alimentação até desejos e interesses, além de constituir uma importante fonte de conhecimento. A busca desses fatores constitui em formas de viver e conviver específicos, que representam as formas de sociabilidade do grupo.

A sociabilidade pode ser entendida como uma forma de viver e relacionar-se, construída ativamente pelas pessoas e de modo processual. O estudo possibilitou perceber que a ideia de quilombo como local distante, isolado dos demais grupos não se sustenta. Se os primeiros quilombos garantiram sua formação e sobrevivência por meio de uma rede social, essa prerrogativa se faz presente atualmente nos quilombos existentes.

A presença humana e sua forma particular de fazer uso do território pode ser percebida por elementos visíveis constituindo os artefatos, como fotos e objetos pessoais e por questões que podem ser percebidas, como o comportamento diferenciado em relação a determinado lugar em detrimento de outros. A ação humana sobre o território produz uma série de efeitos, e dessa relação com meio surge sentimentos de pertença e reforço da identidade de um grupo.

A existência de grupos quilombolas na atualidade deve ser percebida como um fenômeno amplo de âmbito social, cultural, histórico e político. A dimensão social pode ser evidenciada pela sociabilidade específica presente nos quilombos no contexto urbano, onde se observa o compartilhamento de diversos elementos tais como espaço, saberes, crenças, mitos, espiritualidade e outros que dizem respeito de forma específica a pessoas negras. Esses elementos também dizem respeito a dimensão cultural dos quilombos, constituída em práticas ancestrais ou de novas fruto da dinâmica social a que os quilombos estão sujeitos e que carregam consigo, traços históricos tanto do grupo, quanto do passado do país.

A dimensão política do quilombo no contexto urbano pode ser evidenciada por se tratar de uma comunidade negra reflexo de um passado escravocrata, em um contexto que nega esse passado, por meio da destruição de documentos e ausência de fatos ligados a escravidão pela historiografia socialmente aceita. Outra questão silenciada é o racismo, presente no Brasil,

mas que foi mascarado por meio de mecanismos que para evitar os conflitos sociais, nega-os. O racismo pode ser percebido na dificuldade do Quilombo Jatobá proteger seu território, bem como na dificuldade da comunidade ter acesso aos benefícios assegurados por lei.

Mesmo a comunidade estando amparada por mecanismos legais que garantem a propriedade do território, veem seus direitos desrespeitados, já que grandes empresas não encontram dificuldades em se apossar do território quilombola. Mesmo após comprovada a posse ilegal, os longos e caros processos judiciais não resolvem a situação, já que após a construção de estruturas prediais, essas se tornam inviáveis como moradia para os quilombolas, justamente por sua sociabilidade diferenciada quando comparada como os demais grupos sociais.

A existência de leis, das penalidades judiciais além da possível censura social não tem intimidade as empresas no que se refere a invasão do território quilombola. Isso demonstra que a comunidade não tem sido protegida pelas instituições e mecanismos legais. Tal fato evidencia que alguns grupos sociais têm prevalecido em detrimento de outros, mesmo que adotem posturas ilegais ou imorais.

É necessário descolar a ideia dos quilombos como fenômenos em um passado distante. A valorização dessas comunidades expõe, além das questões enfrentadas por elas, problemas de dimensão macro, pois dizem respeito a todo país no que se refere a condição de vida de pessoas negras na atualidade, expondo temáticas complexas e evitadas como racismo e segregação social. O racismo pode ser sentido na relativização e hierarquização das normas, leis, cultura, religião da história e memória e todo costume que remeta às pessoas negras, que implica precário acesso a direitos que em tese, são assegurados a todos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eloi Ferreira de. **Fundação Palmares: 24 anos de consolidação da cultura negra**. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 08 ago. 2012. Disponível em < [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=22391](http://www.palmares.gov.br/?page_id=22391)>. Acesso em 08 jun. 2017.

BAECHLER, J. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, R. (Ed.). **Tratado de sociologia**. Lisboa: Asa, 1995.

BROWN, G. **Territoriality in organizations: theory and measurement**. 2005. 176 f. Thesis. (Doctor of Philosophy) – Faculty of Graduate Studies, University of British Columbia, Vancouver, 2005.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Rev. Novos Estudos**, n 80. São Paulo, mar. 2008.

CASTEL, Robert. Da indignância a exclusão, a desfiliação. **Saúde e Loucura, Grupos e coletivos**. Ed. HUCITEC, nº04

COMERFORD. Jonh Cunha. **Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DAMASCENO, Francisco José Gomes. As cidades da juventude em Fortaleza. **Rev. Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007.

DIAS, Lúnia Costa. **Ser Quilombola, Ser de Pinhões: dinâmicas de autonomia, resistência e territorialização**. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

EDNEY, J.J. Human territoriality. **Psychological Bulletin**, nº 81, 1994.

FILGUEIRAS, Z.; COUTO, E. F. **Documentário “VOZES DA RESISTÊNCIA: os quilombos urbanos de Belo Horizonte”**. Apoio técnico institucional: Belo Horizonte: Defensoria Pública da União – DPU. 2015. 101 min [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3-CJDwhW7zU>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio (aspectos de rebeldia do escravo no Brasil)**. Conquista, 1972.

IPIRANGA A, S. R. **A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes**. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Rev. Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. Rev. Desafios do Desenvolvimento. São Paulo, ano 08, ed. 70, 29 dez. 2011.

NOVAES, Eugenio. OAB cria Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil. **OAB Notícias**. Brasília, 03 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/27772/oab-cria-comissao-nacional-da-verdade-da-escravidao-negra-no-brasil>>. Acesso em 28 mai. 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuruminá. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n 2 8, dez./fev. 1996.

RICETO, A.; SILVA, V. P. O território como categoria de análise da geografia. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 28, p. 146-152, dez. 2008.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas [e] Univ. Federal do Pará, 1971.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal. In: SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. **A Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: Problemáticas e Modelos**. Revista Afro-Ásia, n 49, 2014.

SOUZA, Daiane. Comunidades quilombolas: conceito, autodefinição e direitos. **Fundação Cultural Palmares**. 12 abr. 2012. Disponível em < <http://www.palmares.gov.br/?p=19099>>. Acesso em 07 jun. 2017.